

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Mesa da Assembleia
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.976

Declara de utilidade pública a Associação Atlética e Cultural Ebenézer, com sede no Município de Areado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética e Cultural Ebenézer, com sede no Município de Areado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de julho de 2026.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.977

Dá nova denominação a escola estadual localizada no Município de Capelinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Passa a denominar-se Escola Estadual Erasmino Peçanha de Oliveira a Escola Estadual Professora Maria Edméia Pimenta de Meira, localizada no Município de Capelinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de julho de 2026.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/1/2026

Às 14 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 79, combinado com o inciso XXXII do art. 82 e o inciso I do art. 86 da Resolução nº 5.176, de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa TCE-MG nº 3, de 27/4/2011, a Mesa opina pela regularidade e legalidade da aposentadoria requerida pelo servidor Adilson Gomes de Assis, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e após os devidos processos, lavrados em observância ao prescrito no §1º do art. 5º da mencionada instrução normativa e arquivados nesta Assembleia, autorizando o encaminhamento dos mesmos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinada com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 29/12/2025, o servidor Leonardo Henrique de Noronha, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, padrão VL-67, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/12/2025, o servidor Renan Pinto Domingos, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de analista de sistemas, padrão VL-72, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 5/1/2026, o servidor Renato Dantés Macedo, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de policial legislativo, padrão VL-66, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; e, nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997 e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, nomeando servidores conforme cargos e classificações a serem publicados no *Diário do Legislativo*. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13/1/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de janeiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitório Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/1/2026

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, nos termos do inciso I do art. 33 da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, a Mesa autoriza a abertura, na modalidade pregão eletrônico, do processo nº 1011014 229/2025, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços, sob demanda, de produção de eventos, conforme solicitação da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, e do processo nº 1011014 181/2025, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para montagem de infraestrutura de rede para o novo sistema de telefonia da ALMG, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, declarando que ambas as despesas têm adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, combinado com os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 8/1/2026, o servidor João Batista de Almeida, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-46, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, considerando requerimento de aposentadoria voluntária apresentado pela servidora, com fundamento no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e nos termos do § 24 do art. 36 dessa constituição, combinado com o art. 15, I, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, colocando a servidora Mônica Cristina Ferreira Silva, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de redator-revisor, padrão VL-62, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em afastamento preliminar à aposentadoria, a partir de 7 de janeiro de 2026; nos termos do art. 13 da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 2022, e do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, designando, a partir de 23 de janeiro de 2026, para atuar como agente de contratação e pregoeira, a servidora Suellen Christine Sernizon Gonçalves Esteves; para atuar como membros efetivos da Comissão de Contratação e da equipe de apoio os servidores Alex Pacheco de Paula, Matheus Siqueira Andrade, Caroline Gonçalves Campos e Gil Flávio Naves Lima; e para atuar como membros suplentes os servidores Adelaide Ribeiro de Castro Leite, Rodrigo Coelho Laporte, Almir Moreira dos Santos e Lorena Cristina Silva Ribeiro; e, nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, nomeando servidores conforme cargos e classificações a serem publicados no *Diário do Legislativo*. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2/2/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de fevereiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitorio Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/2/2026

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria da deputada Leninha, os seguintes pareceres: do Requerimento nº 2.621/2023, do deputado Gustavo Valadares e outros, pela aprovação na forma do projeto de resolução, que apresenta; do Requerimento nº 10.768/2025, da Comissão de Cultura, pela aprovação; do Requerimento nº 10.778/2025, da Comissão de Cultura, pela aprovação; do Requerimento nº 10.781/2025, da Comissão de Cultura, pela aprovação; do Requerimento nº 11.709/2025, da Comissão de Segurança Pública, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 11.785/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela aprovação; do Requerimento nº 12.072/2025, da Comissão de Direitos Humanos, pela aprovação; do Requerimento nº 12.133/2025, da Comissão de Direitos Humanos, pela aprovação; do Requerimento nº 13.082/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 13.472/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 13.477/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento

nº 13.935/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 14.002/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.055/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 14.303/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.451/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.452/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 14.475/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.484/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.548/2025, da Comissão de Direitos Humanos, pela aprovação; do Requerimento nº 14.804/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.806/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 14.807/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 14.811/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.160/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 15.161/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 15.162/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.163/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 15.165/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 15.169/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.195/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.608/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação; do Requerimento nº 15.626/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação; do Requerimento nº 15.691/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.692/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação; do Requerimento nº 15.964/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.995/2025, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, pela aprovação; do Requerimento nº 16.013/2025, do deputado Ricardo Campos, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 16.042/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação; e do Requerimento nº 16.053/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, nomeando servidor conforme cargo e classificação a serem publicados no Diário do Legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9/2/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de fevereiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitorino Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/2/2026

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na sequência, a Mesa opina favoravelmente a tornar sem efeito o Ato da Mesa nº 1.508/2025, que concedeu ao servidor Otávio de Resende Ferreira licença se

vencimento para tratar de interesses particulares. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11/2/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de fevereiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitório Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/2/2026

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, nos termos do inciso I do art. 33 da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, a Mesa autoriza a abertura dos Processos nº 1011014 209/2025, cujo objeto é a aquisição de ilhas de edição, e nº 1011014 180/2025, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para a manutenção do sistema operacional da TV Assembleia, ambos na modalidade pregão eletrônico e conforme solicitação da Gerência-Geral de Radiodifusão, declarando que ambas as despesas têm adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Após, é aprovado, em turno único, sob a relatoria do deputado Gustavo Santana, o parecer do Requerimento nº 11.773/2025, do deputado Charles Santos e outros, pela aprovação na forma do projeto de resolução que apresenta. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23/2/2026 lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de fevereiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitório Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/2/2026

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o pagamento de diária de viagem aos participantes do Fórum Técnico Minas Sem Miséria, a fim de custear suas despesas com alimentação e transporte intermunicipal e local. A seguir, a Mesa, nos termos do art. 33, incisos III, IV e VI da Deliberação nº 2.802, de 21/9/2022, adjudica o objeto e homologa o Processo nº 1011014 211/2025, pregão eletrônico, destinado à contratação de serviços de assistência médica por meio de plano privado, na modalidade contratação coletiva empresarial, autorizando a celebração do contrato com Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico. Na sequência, a Mesa aprova as justificativas apresentadas pela área demandante para a fixação da remuneração dos prestatos constante do Termo de Referência documento SEI nº 0305174, cujo objeto é a contratação de serviço de porteiros; e para a fixação da remuneração dos prestatos constante do Termo de Referência documento SEI nº 0263824, cujo objeto é a contratação de serviço de jardinagem nas áreas verdes da ALMG. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Gustavo Santana: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a manutenção em extintores

de incêndio e hidrantes internos, incluindo mangueiras de incêndio – parecer favorável à prorrogação excepcional prevista no art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; e processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Locaflex Serviços Ltda., tendo como objeto serviços de produção de eventos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria do deputado Gustavo Santana, os seguintes pareceres: do Requerimento nº 11.120/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 11.125/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 11.241/2025, da Comissão de Cultura, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 12.715/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 13.473/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 13.480/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 13.930/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.025/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.056/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 14.354/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação; do Requerimento nº 14.799/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.808/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 14.810/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.119/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, pela aprovação; do Requerimento nº 15.193/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 15.902/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 15.903/2025, da Comissão de Participação Popular, pela aprovação; do Requerimento nº 15.952/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, pela aprovação; do Requerimento nº 16.115/2025, da Comissão de Direitos Humanos, pela aprovação; do Requerimento nº 16.130/2025, da Comissão de Cultura, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1; do Requerimento nº 16.230/2026, da Comissão de Saúde, pela aprovação; e do Requerimento nº 16.265/2026, do deputado Cristiano Silveira e outros, pela aprovação na forma do projeto de resolução que apresenta. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26/2/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de fevereiro de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitorio Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 26/2/2026

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Gustavo Santana processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia e a sociedade empresária Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de jardinagem nas áreas verdes da ALMG, seu entorno e anexos – parecer favorável à prorrogação excepcional, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei 8.666, de

21/6/1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Após, é aprovado, em turno único, sob a relatoria da deputada Leninha, o parecer do Requerimento nº 16.418/2026, pelo deferimento. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/2026, o servidor Wamberto Dias da Silva, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de policial legislativo, padrão VL-66, classe Especial, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de diretor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.295, de 15/12/2006, exonerando Alaôr Messias Marques Júnior do cargo de diretor de Planejamento e Coordenação e o nomeando para o cargo de diretor-geral adjunto; e nomeando Marcelo Migueletto de Andrade para o cargo de diretor de Planejamento e Coordenação; e, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Marcelo Migueletto de Andrade da função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação; dispensando Gilcemar do Couto de Araújo da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – Gerência de Sistemas Corporativos, e designando Gilcemar do Couto de Araújo para a função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação; bem como dispensando, a partir de 2/3/2026, Cristiane Marçal dos Santos Martins da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Educação, Cultura e Esporte e designando Celina de Souza Teixeira para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2/3/2026, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de março de 2026.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Vitório Júnior, 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/10/2024

Às 18h15min, comparece à Quadra Esportiva Santa Quitéria, em Congonhas, o deputado Leleco Pimentel, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os riscos e impactos, para o desenvolvimento urbanístico de Congonhas e região, decorrentes da expansão da mineração de ferro no Complexo Casa de Pedra, com a maior barragem de rejeitos urbana do mundo, pela CSN Mineração. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras.

Clarisse Perez do Nascimento Nascif Mendes, promotora de justiça, cooperadora da Comarca de Congonhas; Lourdes Aparecida Machado, presidenta do Conselho Estadual de Saúde; Luciana Cabral Danese, chefe da Divisão de Fiscalização de Lavras da Agência Nacional de Mineração – ANM –, representando o diretor-geral da ANM; Aline Soares Marcos e Rebeca Oliveira Santana, atingidas por barragem; e dos Srs. Luciano Faria, assessor especial de governo da Prefeitura Municipal de Congonhas; Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro, diretor de Patrimônio Histórico do Município de Congonhas; Hemerson Ronan Inácio, vereador da Câmara Municipal de Congonhas; Gerson Daniel de Deus, vereador da Câmara Municipal de Congonhas; Antônio Claret Fernandes, padre, morador de Congonhas e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens; Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente e Saúde da União das Associações Comunitárias de Congonhas; Fernando Otávio Lobo Cordeiro, atingido por barragem, produtor rural, morador de Congonhas; Jorge André Claudino, atingido por barragem; e Rafael Ribeiro de Ávila, presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes. O presidente, deputado Leleco Pimentel, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra à deputada Beatriz Cerqueira. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Rodrigo Lopes.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2024

Às 18h15min, comparece à Câmara Municipal de Cataguases o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a gestão dos problemas decorrentes da insegurança hídrica no Município de Cataguases. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Stefani Ferreira de Matos, chefe de gabinete da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais, justificando sua ausência nesta audiência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Júlia Werneck Tartaglia, procuradora-geral do Município de Cataguases; e Cíntia Raquel Garcia, controladora-geral do Município de Cataguases; e dos Srs. Antônio Gilmar de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Cataguases; Rafael Rodrigues Moreira, Vinícius Machado Costa de Oliveira, Felipe Ramos Vilas de Souza; Marcos da Costa Garcia, Fernando Medeiros Pereira, Henrique Silva Oliveira e Gilberto Marques de Oliveira, vereadores da Câmara Municipal de Cataguases; Ricardo Henrique Castro de Mattos, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Gestão Institucional de Cataguases; Humberto Henriques Valverde Filho, chefe de gabinete do prefeito municipal de Cataguases, representando o prefeito; Alencar Francisco Norte Junior, agente de combate às endemias, presidente da União das Associações de Moradores de Cataguases, conselheiro municipal de saúde e membro do Conselho Municipal sobre Drogas; Luiz Eduardo Carvalho Gomes, superintendente de Operação Sul da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, representando o diretor-presidente da Copasa; Publio Reis Pereira, gerente da Regional de Ubá da Copasa; Marcelo Rodrigues Alves, encarregado geral de Água e Esgoto da Copasa em Cataguases; Tiago Rodrigues de Souza Reis, secretário municipal de Fazenda de Cataguases; Eduardo Pereira de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua; e Lucas Gabriel Tonaco Ferreira, diretor de Comunicação do Sindágua. O presidente, deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a

finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Rodrigo Lopes.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/5/2025**

Às 15h40min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Betão, por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: mensagem, recebida por meio do Fale com as Comissões, de Lindomar de Lima Pereira, líder do Quilombo de vereda Viana e presidente da Associação Comunitária Quilombola de São João da Ponte, denunciando que vem sendo ameaçado por fazendeiros da região e requerendo providências da comissão em relação a essas ameaças. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.325, 11.416, 11.419 e 11.420/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 14.151/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado aos Ministérios da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e Cidadania pedido de providências para que acompanhem o caso referente à suspensão do projeto pedagógico Caminhos para a Igualdade, implementado na rede municipal de educação de Betim com o objetivo de cumprir as Leis Federais nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008; para que apoiem a mobilização das entidades educacionais e sociais locais pela retomada do projeto; e para que se articulem com o referido município com vistas à imediata reversão da medida;

nº 14.152/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Betim pedido de informações sobre os motivos e fundamentos técnicos ou pedagógicos que ensejaram a suspensão do projeto Caminhos para a Igualdade, voltado ao cumprimento das Leis Federais nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008; o impacto orçamentário dessa medida, com detalhamento dos valores investidos na produção e na distribuição do material pedagógico; a existência ou não de reuniões com vereadores ou outros agentes públicos que tenham influenciado a decisão; e a previsão de ações alternativas para assegurar a continuidade da política educacional antirracista e o respeito à legislação vigente;

nº 14.153/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves pedido de informações sobre o cumprimento da Lei Municipal nº 4.535, de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos e processos seletivos, especialmente quanto à sua aplicação ao Edital PSS Smed/RN nº 1/2025, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.154/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado aos Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania e da Igualdade Racial pedido de providências para apuração e acompanhamento da suspensão do projeto pedagógico Caminhos para a Igualdade, implementado na rede municipal de educação de Betim com o objetivo de cumprir as Leis Federais nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008; apoio à mobilização das entidades educacionais e sociais locais pela retomada do projeto; e articulação com esse município para a imediata reversão da medida;

nº 14.159/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater as violações de direitos na efetivação do projeto do Rodoanel, em especial das comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais diretamente afetados pelos traçados definidos, bem como a condução do direito desses povos e comunidades a consulta livre, prévia e informada;

nº 14.160/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para que não sejam realizadas reintegrações de posse em ocupações por pessoas em situação de rua sem a garantia do direito fundamental à moradia adequada, inclusive no Processo nº 5046648-09.2021.8.13.0024;

nº 14.161/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a elaboração de diretrizes para a atuação dos órgãos de segurança pública no atendimento à população em situação de rua, pautadas no tratamento humanizado e não violento;

nº 14.163/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a instalação do Memorial de Direitos Humanos no prédio do extinto Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.165/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Betim, para debater as violações de direitos básicos causadas pelos inúmeros casos de desassistência e precarização do serviço de saúde pública nesse município;

nº 14.253/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado aos secretários municipais de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e de Assistência Social de Juiz de Fora e ao Secretário Especial de Direitos Humanos desse município pedido de informações sobre as unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no município e a reserva mínima de 3% das unidades para a população em situação de rua, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.254/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que seja encaminhado aos secretários municipais de Habitação e de Desenvolvimento Social de Uberlândia pedido de informações sobre as unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no município e a reserva mínima de 3% das unidades para a população em situação de rua, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.255/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado às secretárias municipais de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e de Assistência Social de Juiz de Fora e ao secretário especial de Direitos Humanos de Juiz de Fora pedido de informações sobre as unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no município e a reserva mínima de 3% das unidades para a população em situação de rua, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.262/2025, das deputadas Bella Gonçalves e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Córregos Tamanduá-Poções-Peixe Bravo, no Norte do Estado;

nº 14.263/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Políticas Urbanas, ao secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Belo Horizonte e ao diretor-presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte pedido de informações sobre as unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no município e a reserva mínima de 3% das unidades para a população em situação de rua, com os esclarecimentos que especifica;

nº 14.264/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Superintendência de Redes de Atenção à Saúde da SES e à Superintendência de Vigilância Sanitária da SES pedido de providências para que seja realizada ação de fiscalização e inspeção nas comunidades terapêuticas localizadas em Belo Horizonte, com foco nos aspectos que especifica;

nº 14.265/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado às secretarias e aos órgãos municipais de saúde dos Municípios de Santana do Riacho, Santa Luzia, Esmeraldas, Uberlândia, Itaúna, Francisco Sá, Governador Valadares, Bonfim, Caratinga, Ipatinga, Uberaba, Timóteo, Divinópolis, Juiz de Fora, Itajubá, Tupaciguara, Oliveira, João Pinheiro, Contagem, Jaboticatubas, Jequitinhonha, Muriaé, Pouso Alto, Conselheiro Lafaiete, Mariana, Araguari, Andradas, Belo Horizonte e Ritópolis pedido de providências para que seja realizada ação de fiscalização e inspeção nas comunidades terapêuticas localizadas nos respectivos municípios, com foco nos aspectos que especifica;

nº 14.266/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Belo Horizonte, à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Belo Horizonte e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde pedido de providências para apuração de denúncia de violação de direitos e estigmatização de pessoas com sofrimento mental em matéria veiculada por emissora de televisão; avaliação da expedição de recomendação pública ou nota técnica para orientação dos meios de comunicação quanto ao respeito aos direitos humanos das pessoas com sofrimento mental; e avaliação da promoção de direito de resposta coletivo, nos termos da Lei nº 13.188, de 2015;

nº 14.267/2025, do deputado Leleco Pimentel e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes pedido de providências para apuração das denúncias apresentadas por Juliana Ribeiro Pegorari e André Eberl Pegorari na 9ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 7/5/2025, e adoção das medidas cabíveis em relação a essas denúncias; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* para acesso ao inteiro teor da referida reunião;

nº 14.268/2025, do deputado Leleco Pimentel e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais – OAB-MG –, ao presidente do Conselho Federal da OAB, ao procurador-geral de justiça, ao corregedor-geral de justiça, ao presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos pedido de informações sobre a regularidade e a situação dos processos judiciais e administrativos que menciona; e seja encaminhado a essas autoridades o *link* para acesso ao inteiro teor da 9ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 7/5/2025;

nº 14.269/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita a Penitenciária Regional de Três Corações para verificar a situação em que se encontram as cerca de mil e trezentas pessoas, entre as quais 60 mulheres, custodiadas pelo sistema de justiça e segurança pública do Estado;

nº 14.270/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação em que se encontram as cerca de mil e trezentas pessoas, entre elas 60 mulheres, custodiadas na Penitenciária Regional de Três Corações.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os seguintes cidadãos: Sra. Daiane Sthefane dos Santos Gomes, líder comunitária em Betim, e Nelza Efigênia dos Santos Costa, sindicalista em Passos, e o Sr. Paulo Cézar da Fonseca, sindicalista nesse município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026

Às 14h40min, comparecem à reunião os deputados Carlos Henrique, Zé Laviola e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, logo após, suspende os trabalhos. Às 18h30min a reunião é encerrada por decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

Carlos Henrique, presidente – Zé Laviola – Maria Clara Marra.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/3/2026

Às 14h31min, comparecem à reunião os deputados João Magalhães, Zé Laviola e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 107 e 111/2026 (relator: deputado João Magalhães). A presidência suspende a reunião. Às 15h35min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados João Magalhães, Zé Laviola e Enes Cândido (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.874/2022 (relator: deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.842/2016 e 3.495, 3.776, 4.549, 4.560, 4.693 e 4.895/2025 (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária amanhã, dia 26/3/2026, às 10 horas, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2026.

João Magalhães, presidente – Zé Laviola – Adalclever Lopes.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2026

Às 16h15min, comparece à reunião o deputado Roberto Andrade, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, entregar diploma referente a voto de congratulações com a empresa Pastificio Guiricema. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Lélia Di Mingo Gomes, sócia da empresa Pastificio Guiricema; Luiza Di Mingo Vilaça Soares, neta do Sr. David Di Mingo, cofundador da empresa; e Lusiana Di Mingo Vilaça, sócia da empresa; e dos Srs. Marcos Antônio Ribeiro Ferraz, presidente da Câmara Municipal de Guiricema; José Oscar

Ferraz, prefeito municipal de Guiricema; e Thiago Vilaça Soares, sócio-gestor da empresa Pastificio Guiricema. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2026.

Leonídio Bouças, presidente – Antonio Carlos Arantes.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 13 de julho de 2026, destinada a homenagear a Bartofil pelos 80 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 10 de julho de 2026.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos da reforma tributária sobre os mecanismos de incentivo e fomento indireto à cultura e ao esporte atualmente financiados por meio da destinação de parcelas do ICMS e do ISS e os objetivos e efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2026, que pretende autorizar a concessão de créditos do Imposto sobre Bens e Serviços para doadores e patrocinadores de projetos culturais e esportivos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com Frederico Ferreira de Pinho Tavares e Júlia Helena Pimenta Ferreira, autores do livro *A regressão de Júlia: uma história de matemática, superação e vida*.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 4.027/2025, do deputado Adriano Alvarenga, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.334/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Tito Torres, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do piso nacional dos farmacêuticos para esses profissionais no Estado.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Demais Comissões Permanentes**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Delegada Sheila, Ione Pinheiro, Lohanna, Maria Clara Marra e Marli Ribeiro e os deputados Adriano Alvarenga, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, Betão, Bim da Ambulância, Bruno Engler, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Delegado Christiano Xavier, Doorgal Andrada, Doutor Wilson Batista, Dr. Maurício, Gil Pereira, Grego da Fundação, João Magalhães, Leleco Pimentel, Leonídio Bouças, Luizinho, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Oscar Teixeira, Rafael Martins, Raul Belém, Ricardo Campos, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Thiago Cota, Tito Torres e Zé Guilherme, membros das comissões permanentes designados nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 13/7/2026, às 14h30min e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 5.735/2026, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/7/2026, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a importância pedagógica, social e histórica do projeto Cartas, idealizado em 2007 pelo professor Sálvio Pires de Souza, na Escola Estadual Imaculada Conceição, em Pedro Leopoldo, bem como proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações aprovado pela comissão.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.968/2025****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao viaduto localizado no Km 27 da Rodovia MG-010, no Município de Lagoa Santa.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe a esta comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo tem por finalidade dar a denominação de Ezio Bretas de Assis ao viaduto localizado no Km 27 da Rodovia MG-010, no Município de Lagoa Santa.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para que opinasse sobre a questão. Em resposta, a pasta enviou nota técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, por meio da qual o órgão se manifestou favoravelmente à pretensão do projeto em tela, ressalvada a necessidade de se consultar o Município de Lagoa Santa a respeito de conflitos com denominações de outros próprios públicos.

De posse dessas informações e expondo os argumentos a ela concernentes, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Em seguida, o autor da proposição encaminhou ofício da Prefeitura de Lagoa Santa, em que esclarece sobre a inexistência de conflito de denominação no município, seja ele rodoviário ou não.

No que compete a esta comissão analisar, consideramos justa e meritória a homenagem a Ezio Bretas de Assis, que, segundo o autor, foi importante empresário na região, com empreendimentos de destaque, um dos quais se tornará um grande centro comercial em Lagoa Santa, com previsão de inauguração em 2027.

No entanto, deve-se atentar ao fato de que já existe o Viaduto Wadson Lima no Km 27 da MG-010. Na verdade, o projeto em questão trata do viaduto de nova alça de acesso a essa rodovia, como explícito na documentação encaminhada pelo autor na abertura do processo. Por essa razão, apresentamos o Substitutivo nº 1, visando melhor identificar o objeto da denominação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.968/2025, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dá denominação ao viaduto localizado na alça de acesso à Rodovia MG-010, no Km 27, no Município de Lagoa Santa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Ezio Bretas de Assis o viaduto localizado na alça de acesso à Rodovia MG-010, no Km 27, no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2026.

Thiago Cota, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/7/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Kamila Cardoso Faria de Castro, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO 2º TRIMESTRE DE 2026

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição do Estado

Mês	Fonte de Recursos	Total Empenhado	Total Liquidado		Total Pago	
			Orçamentário	Restos a pagar	Orçamentário	Restos a pagar
Abril	10	2.850.000,00	1.567.813,45	968.877,81	1.567.813,45	968.877,81
Mai	10	599.386,58	4.197.758,88	1.221.256,99	4.197.758,88	1.221.256,99
Junho	10	647.722,46	5.777.862,58	1.582.270,07	5.777.862,58	1.582.270,07
Total		4.097.109,04	11.543.434,91	3.772.404,87	11.543.434,91	3.772.404,87

Órgão	Objeto e Finalidade	Credor	Período de Veiculação	Público Estimado**	Impactos por Meio*
ALMG	Alertar a população sobre o aumento dos casos de feminicídio no Estado e as formas de violência e divulgar o canal prioritário de denúncia de ocorrências, reforçando, sobretudo, o repúdio a essa anomalia social.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	16/12/25 a 26/1/26	16.403.000	IMP 106.212 INT 16.425.806 OOH 74.379.908 RD 36.016.538 RS 28.839.343 TV 205.403.127
ALMG	Dar visibilidade ao aumento da violência contra as mulheres e ainda mobilizar toda a população, inclusive os homens, para denunciar esse crime. Num segundo momento, o foco da ação foi divulgar o Guia prático: direitos, benefícios e serviços para pessoa com deficiência, elaborado pelas deputadas e pelos deputados estaduais. Essa publicação foi criada para reunir num só volume toda a legislação referente ao tema e todos os canais de acesso a políticas públicas para PcDs e seus familiares.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	28/3/26 a 8/5/26	16.403.000	IMP 106.212 INT 18.602.573 OOH 20.741.652 RD 30.594.303 RS 14.935.335 TV 210.385.516
ALMG	Divulgar a Corrida da ALMG, em prol da inclusão social dos PcDs, e reiterar a iniciativa da ALMG em resolver de forma definitiva a dívida de Minas que se arrastava havia 20 anos e manter os serviços públicos funcionando.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	16/9/25 a 31/10/25	16.403.000	IMP 212.424 INT 18.715.268 OOH 148.759.815 RD 36.295.659 RS 1.693.362 TV 231.838.989
ALMG	Divulgar a expansão dos pontos de transmissão da TV Assembleia e também a migração para o sinal digital. Observação: o público estimado da ação representa apenas 32 municípios das mesorregiões-alvo integrantes da campanha.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	9/2/26 a 10/3/26	1.464.736	RS 4.717.227
ALMG	Divulgar as vitrines de barraginhas, que são unidades demonstrativas dessa prática cujo benefício, além do baixo custo de implantação, é a conservação de água e solo. Trata-se de um dos projetos prioritários idealizados no âmbito do Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento de Ações Relacionadas à Crise Climática, iniciativa pioneira da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que integra o conjunto de atividades voltadas ao	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	26/5/26 a 30/6/26	1.100	

	enfrentamento da seca e da chuva extrema no Estado. Observação: como a abordagem do projeto foi mais didática e aproximativa com os públicos que teriam interesse direto no projeto (sindicatos, cooperativas, associações, etc.), o plano de mídia dessa ação foi constituído apenas de peças de comunicação voltadas a educar, orientar ou instruir sobre o tema. Sendo assim, não foram incluídos no plano veículos de comunicação de larga abrangência. A divulgação foi feita por meio de folheto impresso, maquete de uma barraginha para exposição didática das práticas mecânicas que constituem o projeto e placas indicativas do local onde foram instaladas as vitrines de barraginhas.				
ALMG	Fortalecer o relacionamento da comunidade com o Poder Legislativo, abrindo portas e favorecendo os encontros entre diferentes públicos; Promover a corrida de rua como esporte fundamentado na participação e socialização, valorizando a saúde, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, em especial das pessoas com deficiência; Divulgar serviços de cidadania oferecidos pela Assembleia Legislativa e instituições parceiras; e as melhorias realizadas pela ALMG em parceria com PBH na Praça Carlos Chagas; Observação: o publico estimado representa o número de cidadãos de BH, acima de 16 anos.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	8/5/26 a 16/5/26	1.900.000	IMP 106.212 OOH 4.691.775 RD 20.396.202 RS 9.867.335 TV 19.070.963
ALMG	Mobilizar a população dos municípios mineiros Pains, Córrego Fundo e Pimenta para debater e entender melhor o Projeto de Lei para a criação do Parque Estadual da Pedra do Cálce. <i>Observação: publico estimado por município, considerando a faixa etária acima de 16 anos: Pains: 6.502, Pimenta: 6.839 e Córrego Fundo: 4.898</i>	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	9/4/26 a 25/4/26	18.239	
ALMG	Mobilizar os cidadãos a doar água, roupas, itens de higiene e recursos para ajudar as vítimas da tragédia ocorrida nos municípios da Zona da Mata	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	17/3/26 a 31/3/26	16.403.000	IMP 106.212 INT 18.180.491 OOH 11.933.654

	mineira, como Juiz de Fora, Ubá, etc.				RD 32.714.851 RS 14.867.335 TV 58.759.984
ALMG	Prestar contas à população sobre as principais iniciativas do Parlamento mineiro ao longo do ano de 2025, com base no trabalho realizado pelas deputadas e pelos deputados estaduais, e divulgar os resultados concretos da Lei Complementar nº 171, de 2025, que desbloqueou recursos dos municípios para investimento na área da saúde.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.	20/11/25 a 4/1/26	16.403.000	IMP 106.212 INT 17.786.702 OOH 123.966.513 RD 32.714.851 RS 18.247.696 TV 191.244.945
ALMG	Produzir peças gráficas e digitais para ações de comunicação internas, publicações, relatórios, programação visual de espaços e impressos de informação e divulgação diversos. Observação: devido ao caráter permanente das ações contempladas, não se aplica o preenchimento das colunas “Período de veiculação”, “Público estimado” e “Impactos por Meio”.	Casablanca Comunicação e Marketing Ltda.			

(*) Os números apresentados correspondem ao número de impactos por meio, estimado em cada campanha, considerando os seguintes critérios de aferição:

– TV \ RD (Rádio): Simulação feita no software MW Planview TV do Ibope, cuja pesquisa só afere os dados das veiculações em Belo Horizonte.

– INT (Internet \ Portais): Impressões / Impactos.

– RS (Redes sociais): Alcance.

– IMP (Jornal\Revistas): Tiragem

– OOH (Qualquer forma de publicidade ou comunicação baseada em mídia exterior, que atinge o público quando ele está fora de casa, ou seja, quando

está em movimento ou em espaços públicos, a exemplos de painéis de led, outdoor): somatório de pessoas alcançadas, sem repetição em cada veículo de OOH.

(**) O público-alvo padrão das campanhas de publicidade institucional da ALMG é a população do Estado de Minas Gerais, acima de 16 anos, cuja estimativa censitária é de 16.403.000 de pessoas.

Fonte: IBGE

– População estimada de MG em 2025

– Observatório do Trabalho de MG: Faixas etárias em MG em 2023

Luiz Tadeu Martins Leite, presidente – Gustavo de Vasconcellos Moreira, 1º-secretário – Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral – Luisa de Marilac Luna, diretora de Comunicação Institucional – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.